



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Aprovada, por unanimidade, a
resolução final, com
incluindo as alterações
e alterações propostas, etc.

DAP.

21-IV-2015

Informação n.º 35 DAPLEN/2015

16 de abril

Assunto: Aprova a lei das infraestruturas militares e revoga a Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro

Proposta de Lei n. 269/XII/4.ª (GOV)

Em conformidade com o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, junto se anexa o texto final do diploma sobre o assunto em epígrafe, aprovado em votação final global, em 10 de abril de 2015, para subsequente envio a S. Ex.ª o Presidente da Comissão de Defesa Nacional.

No texto do diploma que será publicado como lei orgânica foram incluídos a fórmula inicial e demais elementos formais, sugerindo-se ainda o seguinte:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Título do projeto de decreto

Considerando que é revogada a Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro (Artigo 28.º Norma revogatória); considerando, ainda, que as regras de boa legística recomendam que, por razões informativas, **“as vicissitudes que afetem globalmente um ato normativo devem ser identificadas no título, o que ocorre, por exemplo, em atos de suspensão ou em revogações expressas de todo um outro ato”**¹, sugere-se o seguinte título:

“Aprova a lei das infraestruturas militares e revoga a Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro”

Artigo 1.º do projeto de decreto

No n.º 1

Onde se lê: “(...) e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos da rentabilização nas medidas e projetos nela previstos.”

Deve ler-se: “(...) e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos **por essa** rentabilização nas medidas e projetos nela previstos.”

Artigo 2.º do projeto de decreto

No n.º 2

Onde se lê: “(...) praticando os demais atos previstos e autorizados em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças ao abrigo do regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.”

Deve ler-se: “(...) praticando os demais atos previstos e autorizados em portaria do membro do Governo responsável pela área das **finanças, ao abrigo** do regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.”

¹ Duarte, David *et al* (2002), *Legística*. Coimbra, Almedina, pág. 203



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Artigo 4.º do projeto de decreto

No n.º 1

Onde se lê: “As medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas são as que constam do anexo à presente lei e da qual faz parte integrante.”

Deve ler-se: “As medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas são as que constam do anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.”

No n.º 2

Para que se verifique a concordância em género, sugere-se o seguinte:

Onde se lê: “É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiados através de receita adicional à ali prevista, bem como o cancelamento das existentes.”

Deve ler-se: “É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiadas através de receita adicional à nele prevista, bem como o cancelamento das existentes.”

Artigo 6.º do projeto do decreto

Para criar uma maior clareza de redação, sugere-se:

Onde se lê: “Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos, com respeito, em especial, pelo disposto na presente lei, ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.”

Deve ler-se: “Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com respeito em especial pelo disposto na presente lei.”

Artigo 7.º do projeto do decreto

No n.º 2

Para que se verifique a concordância em género, sugere-se o seguinte:

Onde se lê: “(...) permanecendo afetos ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.”

Deve ler-se: “(...) permanecendo **afetas** ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Artigo 10.º do projeto de decreto

No n.º 1

Onde se lê: “A concessão de bens do domínio público afetos à defesa nacional, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º é precedida de procedimento que respeite os princípios fundamentais da contratação administrativa (...)”

Deve ler-se: “A concessão de bens do domínio público afetos à defesa nacional, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, é precedida de procedimento que respeite os princípios fundamentais da contratação administrativa (...)”

No n.º 2

Onde se lê: “Do ato ou contrato de concessão, consta obrigatoriamente o prazo da concessão (...)”

Deve ler-se: “Do ato ou contrato **de concessão consta** obrigatoriamente o prazo da concessão (...)”

Artigo 14.º do projeto de decreto

Para evitar repetições que dificultam a leitura do preceito, sugere-se:

Onde se lê: “O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da presente lei.”

Deve ler-se: “O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da **publicação da mesma.**”

Artigo 15.º do projeto de decreto

No n.º 2

Onde se lê: “(...) reforço das dotações das mesmas capacidades que lhe deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.”

Deve ler-se: “(...) reforço das dotações **das capacidades que lhes** deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Artigo 18.º do projeto de decreto

Na alínea c)

Onde se lê: “As transferências de dotações provenientes de medidas existentes, para novas medidas.”

Deve ler-se: “As transferências de dotações provenientes de medidas **existentes para** novas medidas.”

CAPÍTULO II do projeto de decreto

Quanto à denominação

Para um melhor enquadramento dos artigos que integram este capítulo, evitando, deste modo, repetições que se mostram desnecessárias, sugere-se a seguinte denominação:

Onde se lê: “Vigência e revisão”

Deve ler-se: “ Vigência e revisão da presente lei”

Artigo 21.º do projeto de decreto

Quanto à epígrafe

Atendendo a que se prevê apenas uma revisão, a ocorrer em 2018, sugere-se:

Onde se lê: “Revisões”

Deve ler-se: “Revisão”

Artigo 22.º do projeto de decreto

N.º 1

Pelos motivos supra mencionados, sugere-se:

Onde se lê: “As medidas a considerar nas revisões da presente lei (...)”

Deve ler-se: “As medidas a considerar **na revisão** da presente lei (...)”

Artigo 23.º do projeto de decreto

Nos n.ºs 1, 2, 3 e 4

Para evitar repetições que dificultam a leitura do preceito, e considerando que a denominação proposta para o CAPÍTULO II enquadra de forma adequada a matéria regulada nos artigos que o integram, ou seja, a “Vigência e **revisão da presente lei**”, sugere-se:

Onde se lê: “(...) da proposta de lei de revisão da presente lei.”

Deve ler-se: “(...) **proposta de lei de revisão.**”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Artigo 24.º do projeto de decreto

No n.º 2

Considerando que no n.º 1 do artigo 7.º é feita referência a dois despachos, de forma a tornar a leitura mais clara, propõe-se a seguinte redação:

Onde se lê: "(...) para efeitos de registo de inscrição predial, o despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º."

Deve ler-se: "(...) para efeitos de registo de inscrição predial, o despacho de **desafetação** a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º."

Artigo 25.º do projeto de decreto

Na subalínea iii) da alínea b)

Como este decreto-lei já sofreu diversas alterações e a sua completa elencagem dificultaria a leitura da norma, sugere-se o seguinte:

Onde se lê: "O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto."

Deve ler-se: "O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, **na sua redação atual.**"

Artigo 26.º do projeto de decreto

No n.º 1

Onde se lê: "Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro (...)"

Deve ler-se: "Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (...)"

Anexo do projeto de decreto

No título

As regras de legística recomendam que seja atribuído um título aos anexos, sempre que possível, o qual deve ser indicativo da matéria objeto do mesmo, permitindo uma mais clara identificação.

Nestes termos, sugere-se o seguinte título:

"Medidas relativas a projetos de infraestruturas militares".

À consideração superior,

A assessora parlamentar jurista

(Teresa Couto)

DECRETO N.º /XII

Aprova a lei das infraestruturas militares

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a lei orgânica seguinte:

CAPÍTULO I

Programação e execução

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

- 1 -A presente lei estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos por essa rentabilização nas medidas e projetos nela previstos.
- 2 -Os imóveis a rentabilizar no âmbito da presente lei constam de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

SECÇÃO II

Execução e acompanhamento

Artigo 2.º

Competências para a execução

- 1 - Compete ao Governo, sob direção e supervisão do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, promover a execução da presente lei, sem prejuízo da competência da Assembleia da República.
- 2 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional é a entidade que, no âmbito da presente lei, centraliza a documentação e assume no Ministério da Defesa Nacional a condução dos procedimentos com vista à regularização de património afeto aos ramos das Forças Armadas, para o que é o interlocutor único da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, recebendo desta as credenciais para regularização patrimonial, e praticando os demais atos previstos e autorizados em portaria do membro do Governo responsável pela área das **finanças**, ao abrigo do regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.
- 3 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional articula com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os ramos das Forças Armadas o planeamento dos investimentos prioritários na defesa nacional para edificação das suas capacidades militares.

Artigo 3.º

Acompanhamento pela Assembleia da República

O Governo submete à Assembleia da República, até ao fim do mês de março do ano seguinte àquele a que diga respeito, um relatório do qual conste a pormenorização das dotações respeitantes a cada medida, dos contratos efetuados no ano anterior e das responsabilidades futuras deles resultantes, do grau de execução das medidas, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução da presente lei.

Artigo 4.º

Mapas das medidas

- 1 - As medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas são as que constam do anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.
- 2 - É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiados através de receita adicional à nele prevista, bem como o cancelamento das existentes.

SECÇÃO III

Gestão dos imóveis afetos à defesa nacional

Artigo 5.º

Modalidades de rentabilização

A rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional, abrangidos pela presente lei, faz-se, sem prejuízo de quaisquer outros instrumentos jurídicos adequados aos fins a prosseguir, mediante as seguintes formas:

- a) Alienação;
- b) Arrendamento;
- c) Constituição de direitos reais menores;
- d) Concessão de uso privativo do domínio público;
- e) Permuta;
- f) Parcerias com promotores imobiliários;
- g) Titularização dos ativos imobiliários através da constituição de fundos de investimento imobiliário;
- h) Operações de venda com possibilidade de manutenção da utilização onerosa dos bens.

Artigo 6.º

Regime de gestão

Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com respeito em especial pelo disposto na presente lei.

Artigo 7.º

Desafetação do domínio público

1 - Quando os bens imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º estejam integrados no domínio público militar, compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, mediante despacho, proceder à sua desafetação.

- 2 -As infraestruturas desafetadas do domínio público militar passam a integrar o domínio privado do Estado, sendo a sua gestão efetuada nos termos previstos na presente lei e no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, permanecendo **afetas** ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.
- 3 -Quando os bens imóveis do domínio público militar estejam sujeitos a outros regimes de dominialidade, a competência prevista no n.º 1 é extensível aos membros do Governo responsáveis pelas áreas respetivas.

Artigo 8.º

Operações de rentabilização

- 1 -As operações de rentabilização dos imóveis contribuem para o financiamento da satisfação das necessidades decorrentes das medidas que constam do anexo à presente lei.
- 2 -A instrução dos processos relativos às operações de rentabilização dos imóveis é efetuada nos termos da lei e segundo as atribuições e competências legalmente definidas.
- 3 -Sem prejuízo do disposto no número anterior, a decisão sobre operações concretas e modelos de rentabilização é sempre objeto de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.
- 4 -Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional podem celebrar os acordos que entendam necessários à boa execução da presente lei.
- 5 -Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições previstos em cada Orçamento de Estado em matéria de redefinição do uso dos solos, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à avaliação dos imóveis

Artigo 9.º

Critérios de gestão das infraestruturas

- 1 - Os atos de administração ou de disposição dos bens devem ser praticados de modo a maximizar o aproveitamento das vantagens a realizar.
- 2 - Para efeitos da prática dos atos referidos no número anterior, as infraestruturas previstas no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são preferencialmente organizadas em lotes.
- 3 - Os lotes referidos no número anterior podem ser compostos de acordo com critérios geográficos, de tipo ou utilidade dos bens, ou outros que se revelem adequados, mas sempre sem prejuízo do equilíbrio e da maximização das receitas a obter por lote.

Artigo 10.º

Concessão do domínio público afeto à defesa nacional

- 1 - A concessão de bens do domínio público afetos à defesa nacional, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, é precedida de procedimento que respeite os princípios fundamentais da contratação administrativa, garanta o respeito da concorrência e maximize as vantagens para o Estado.
- 2 - Do ato ou contrato de concessão consta obrigatoriamente o prazo da concessão, o preço contratual, as condições técnicas e jurídicas da execução da concessão, o regime sancionatório, incluindo os pressupostos do resgate e do sequestro da concessão, a salvaguarda da utilização do prédio e os termos da autorização prévia para a transmissão do direito de utilização.

Artigo 11.º

Concessão do espaço aéreo e subsolo

- 1 - Podem ser objeto de concessão, nos termos previstos no artigo anterior, o espaço aéreo e o subsolo correspondentes aos bens de domínio público militar, tendo em atenção a altura e ou profundidade que não ponham em causa a afetação militar daqueles e a segurança de pessoas e bens.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a concessão prevista no presente artigo depende de aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Artigo 12.º

Atos de disposição e de administração extraordinária

Todos os atos de disposição e de administração extraordinária de infraestruturas, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 11.º, carecem de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Artigo 13.º

Isenção de emolumentos

Os contratos de execução celebrados ao abrigo da presente lei estão isentos de emolumentos devidos pelo visto do Tribunal de Contas.

Artigo 14.º
Custos das medidas

O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da **publicação da mesma**.

SECÇÃO IV
Disposições orçamentais

Artigo 15.º
Princípios orçamentais

- 1 - As receitas geradas, direta ou indiretamente, pela rentabilização de infraestruturas abrangidas pela presente lei revertem:
 - a) 90% para execução da presente lei;
 - b) 5% para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;
 - c) 5% para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.
- 2 - Os saldos verificados em cada medida, no fim de cada ano económico, transitam para o orçamento do ano seguinte para reforço das dotações **das capacidades que lhes** deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 3 - Compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, por despacho, determinar a repartição das receitas afetas à execução da presente lei pelas medidas a que se refere o artigo 4.º.

Artigo 16.º

Relação com o Orçamento do Estado

A lei que aprova o Orçamento do Estado prevê a estimativa da receita a realizar e as correspondentes despesas previstas na presente lei.

Artigo 17.º

Financiamento

- 1 - As despesas decorrentes da execução da presente lei são financiadas pelo conjunto das receitas geradas, direta ou indiretamente, com a rentabilização de património, nos termos nela previstos, sem prejuízo do recurso a outras fontes de financiamento nacionais, europeias ou decorrentes da participação de Portugal em organizações internacionais.
- 2 - O encargo anual relativo a cada uma das medidas pode ser excedido, mediante aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, desde que não inviabilize a execução de outras medidas.
- 3 - Mediante a realização de receitas extraordinárias, pode ser excedido o total dos encargos orçamentais anuais inicialmente previstos.

Artigo 18.º

Alterações orçamentais

São da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional:

- a) As alterações orçamentais entre capítulos;
- b) As transferências de dotações entre as diversas medidas e projetos;
- c) As transferências de dotações provenientes de medidas **existentes para novas** medidas.

Artigo 19.º

Compromissos plurianuais

O Ministério da Defesa Nacional pode assumir, nos termos legalmente previstos, compromissos dos quais resultem encargos plurianuais, no âmbito de cada uma das medidas previstas no anexo à presente lei.

CAPÍTULO II

Vigência e revisão da presente lei

Artigo 20.º

Período de vigência

A presente lei vigora por um período de dois quadriênios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Artigo 21.º

Revisão

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de 2018, produzindo os seus efeitos em 2019, em articulação com o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar.

Artigo 22.º

Preparação e apresentação da proposta de lei de revisão

- 1 - As medidas a considerar **na revisão** da presente lei contêm a calendarização da respetiva execução, bem como a descrição e justificação adequadas.
- 2 - Em cada medida podem ser inscritas verbas para despesas inerentes à manutenção e beneficiação das infraestruturas.

- 3 -Na apresentação dos projetos ou das atividades são indicadas as previsões de acréscimo ou diminuição das dotações anuais de funcionamento normal, decorrentes da execução das medidas e com efeitos nos respetivos orçamentos.
- 4 -O Governo apresenta à Assembleia da República, juntamente com a proposta de lei de revisão, o plano de financiamento das medidas.

Artigo 23.º

Competências no procedimento de revisão

- 1 -Compete ao Governo, através do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, em articulação com o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e com os chefes de Estado-Maior dos ramos, orientar a elaboração da proposta de lei de revisão.
- 2 -Compete ao Conselho Superior Militar, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, elaborar o projeto de proposta de lei de revisão.
- 3 -Compete ao Governo, em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovar a proposta de lei de revisão.
- 4 -Compete à Assembleia da República aprovar a proposta de lei de revisão.

CAPÍTULO III

Disposições transitórias e finais

Artigo 24.º

Registo predial

- 1 -Ficam isentos do pagamento de emolumentos devidos pelo registo predial os imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º.

2 - Constitui documento bastante de prova da titularidade do Estado, para efeitos de registo de inscrição predial, o despacho **de desafetação** a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º.

Artigo 25.º

Regime subsidiário

Ao disposto na presente lei, aplicam-se subsidiariamente, salvo disposição em contrário:

- a) Em matéria orçamental, as regras orçamentais dos programas plurianuais;
- b) Em matéria de gestão de infraestruturas:
 - i) O Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto;
 - ii) O Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho;
 - iii) O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, **na sua redação atual**.

Artigo 26.º

Norma transitória

- 1 - Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, **alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro**, transitam para o orçamento de 2015 para reforço das dotações das mesmas capacidades no âmbito da presente lei, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 2 - O anexo ao Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, mantém-se em vigor até à publicação do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º.

Artigo 27.º

Norma final

O disposto na presente lei não prejudica a execução de projetos de infraestruturas constantes da Lei de Programação Militar ou de outro qualquer programa de financiamento, designadamente daqueles cujo financiamento em matéria de infraestruturas militares esteja relacionado com a participação de Portugal em organizações internacionais.

Artigo 28.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) A Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º.

Artigo 29.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 10 de abril de 2015.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(Maria da Assunção A. Esteves)

ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

Medidas relativas a projetos de infraestruturas militares

Unidade: Euro

	Primeiro Quadrâncio 2015 a 2018					Total 1.ºQ	Segundo Quadrâncio 2019 a 2022				Total 2.ºQ	Total dos dois Quadrâncios
	2015	2016	2017	2018	2019		2020	2021	2022			
										2019		
TOTAL de Projetos de Infraestruturas	32.348.757	20.000.000	20.000.000	20.000.000	92.348.757	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	80.000.000	172.348.757	
Capítulo/Medida												
Medida 01 - Componente fixa do MDN/EMGFA	5.819.535	1.813.000	2.473.000	1.596.884	11.702.419	1.163.623	898.147	2.157.500	2.826.768	7.046.038	18.748.457	
Medida 02 - Componente fixa da Marinha	3.830.580	7.092.000	6.807.500	5.854.750	23.584.830	7.294.500	4.924.000	6.156.000	5.541.486	23.915.986	47.500.816	
Medida 03 - Componente fixa do Exército	12.802.977	7.625.000	6.780.000	8.880.000	36.087.977	8.110.000	10.755.000	7.100.000	6.030.000	31.995.000	68.082.977	
Medida 04 - Componente fixa da Força Aérea	9.895.665	3.470.000	3.939.500	3.668.366	20.973.531	3.431.877	3.422.853	4.586.500	5.601.747	17.042.977	38.016.508	

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «Capítulo», a entidade executante das medidas (serviços centrais de suporte do Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Marinha, Exército e Força Aérea);
- b) «Medida», o projeto ou conjunto de projetos de infraestruturas necessários ao suprimento de lacunas da componente fixa do sistema de forças nacional, ou outras responsabilidades do Estado.